

A AÇÃO GUERRILHEIRA DO CRIME organizado concedeu uma tréguas a São Paulo, palco dos distúrbios que ofereceram ao país uma esclarecedora lição: para os políticos brasileiros, o voto vale mais do que a vida do povo que representam. Enquanto a violência e o terror se espalhavam pela capital paulista, na maior afronta promovida por uma facção criminosa às instituições governamentais, algumas autoridades trocavam acusações sobre a responsabilidade pela guerra.

Para os petistas, os tucanos administraram São Paulo por 12 anos e não conseguiram reduzir a criminalidade. Tucanos acusaram o governo Lula de desprezar as ações de segurança pública. No meio do confronto, milhões de brasileiros assistiram, apavorados, à escalada do medo. E assim a história se repete. Até o próximo distúrbio ocorrer, a conexão das autoridades vai cessar, a mobilização dos governos diminuirá e as ações emergenciais se reduzirão à nada. E, principalmente, as mudanças necessárias para o recrudescimento definitivo do crime vão sendo substituídas pela retórica dos políticos.

Foi o que se viu nos últimos dias. Movido por intenções eleitorais, o governador do PFL Cláudio Lembo recusou o reforo federal. Assim, evitou garantir dividendos para o presidente-candidato do PT. De Viena, enquanto a população era tolhida pelos ataques orquestrados do PCC, Lula da Silva cedeu à opção preferencial pelos palanques. Diante da violência, o presidente professou o seu repúdio a "soluções mágicas" para enfrentar o crime organizado, discorreu longamente sobre os feitos do seu governo na área da educação e anunciou como novo o que não existe ou o que não funciona. Revelou ainda ignorar que o que funciona foi herdado de governos anteriores. O "melhor plano de segurança pública já feito neste país", segundo Lula, completou três anos de gestão com um balanço desalentador: cortes anuais nas verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública, criado por Fernando Henrique, em 2001, e do Fundo Penitenciário Nacional.

Os surtos passam, e o tão falado contingente da Força Nacional não revelou ainda a sua força — o que explica, em parte, a decisão do governador paulista de recusar a ajuda federal. Onde estão os soldados preparados para conflitos urbanos? Desencansam no Espírito Santo e em Goiás, à espera de um confronto que justifique a convocação? Estão treinados para exibir o preparo exigido pela ofensiva terrorista do PCC e outras facções criminosas espalhadas por cidades como São Paulo e Rio?

Enquanto tais perguntas permanecem sem resposta, as polícias vão sofrendo com orçamentos esmagados, e civis inocentes precisam aplacar o medo ouvindo os enfáticos discursos das autoridades federais — bem diferentes da expressão exibida contra os criminosos do mensalço. Mas há uma semelhança entre os bandidos de gabinete e

**Há semelhança entre os bandidos de gabinete e dos presídios: a complacência oficial**

dos presídios: a complacência oficial com o crime, cristalizada pela inércia dos governos, pelas leis ultrapassadas e por decisões judiciais recentes que se transformaram num convite à agressão e à impunidade.

A legislação atravessa décadas sem adequação à ofensiva terror no país. A Justiça também tem sua responsabilidade. Primeiro, o Superior Tribunal de Justiça considerou não ser "falta grave" a posse de celular nas prisões. A segunda decisão, do Supremo Tribunal Federal, declarou inconstitucionais alguns dispositivos da Lei dos Crimes Hediondos e permitiu a concessão do regime da progressão para seqüestradores e homicidas, sob o princípio da "humanização da pena". Enquanto isso, os bandidos mais perigosos são impedidos de permanecerem mais de um ano em presídios de segurança máxima.

Tais concessões deixam graves seqüelas num país em convulsão — onde o crime compensa e a vida só é válida quando pode traduzir-se em voto.

A18  
JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA  
17 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### SEGURANÇA PÚBLICA O voto ganha do povo

ASSUSTADO PELA AÇÃO guerrilheira de bandidos em São Paulo, o Brasil deparou, na segunda-feira, com algo tão bizarro quanto a audácia dos criminosos: a interrupção do noticiário das rádios e televisões do país para a exibição do programa eleitoral gratuito. Vinte minutos de informação relevante — as seqüelas deixadas na capital do maior Estado brasileiro — foram desperdiçadas. Em troca, assistiu-se às nulidades e promessas habituais apresentadas por políticos e partidos.

Textos decorados ou gaguejados na leitura do teleprompter voltaram a substituir o imprescindível dever das emissoras: informar milhões de telespectadores e ouvintes. Em outras palavras, o objetivo dos veículos de comunicação — concessões públicas, convém sublinhar — foi descumprido mais uma vez por causa da submissão à permanência de uma legislação ultrapassada.

Igualmente grave é a constatação de que esse malefício se repete há mais de 70 anos entre as emissoras de rádio de todo o país. Estas são obrigadas a interromper sua programação, em horário nobre, para transmitir a *Voz do Brasil*. Um disparate. Nascido das sombras do Estado Novo, em 1935, sob a tutela do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas, o programa radiofônico (originalmente chamado de *Hora do Brasil*) mantém-se vivo, ainda hoje, como imposição da lei promulgada pelo ditador — embora o país respire o ar saudável da democracia há mais de 20 anos.

Tenta-se de uma prática impensável, especialmente se analisada à luz da modernização da difusão das notícias deste Brasil do início do século 21. As fragorosas tentativas de modificar o estilo do programa *Voz do Brasil* não foram capazes de eliminar o caráter bizarro da ação: só o jugo da mão forte de um poder centralizado, obrigam-se milhares de ouvintes a acompanhar o programa por intermináveis 60 minutos.

A19  
JORNAL DO BRASIL

QUINTA-FEIRA  
18 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### IMPRENSA Regras do passado

**Enquanto as ruas revelavam o terror, vendedores de ilusões pregavam uma vida fantasiosa**

permitido apenas a alguns iluminados. Um tempo em que as comunicações davam os seus primeiros passos efetivos. Justificava-se, ali, um noticiário-padrão num veículo democraticamente acessível — acrescido, é claro, das intenções ditatoriais de Getúlio Vargas.

Não é o caso de hoje. A atual multiplicidade de acesso à informação e a consolidação da democracia fazem a transmissão obrigatória da *Voz do Brasil* e do programa eleitoral gratuito parecerem anacrônicos. A baixa audiência dos dois programas confirma a inutilidade dessa exigência e o tamanho da insatisfação dos brasileiros. Na segunda-feira, por exemplo, multides voltavam para casa enquanto ouviam um noticiário completamente descolado da realidade. As ruas revelavam o terror, mas vendedores de ilusões pregavam uma vida fantasiosa. Esse descompasso precisa acabar.

**NÃO FOISÓ O MEDO** e o pavor que atormentaram milhares de brasileiros nos últimos dias. A explosão guerrilheira dos bandidos em São Paulo consumiu o estado de degradação moral, ética e política do país, do qual o odioso acordo entre autoridades e o crime organizado foi apenas o último exemplo.

Ao episódio somam-se outros igualmente desprezíveis, que exibem o desenho de podridão traçado na vida pública brasileira: os acertos destinados a assegurar a impunidade de reconhecidos mensaleiros, a participação de parlamentares na fraude das ambulâncias, os confrontos retóricos de baixo nível entre porta-vozes dos dois principais partidos do país e a ineficiência das instituições – incluindo governos, Congresso e Judiciário – para frear o ímpeto do crime organizado. Somados, tais exemplos impedem a sobrevida de maiores otimismo com o futuro.

O governo paulista nega, mas ficou evidente o acerto entre o líder maior do Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Willians Herbas Camacho, o *Marcola*, três representantes do governo (um coronel da PM, um delegado e um corregedor) e uma advogada, nas dependências do Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes. Admitir o acordo significaria reconhecer, em público, o que o Brasil inteiro já sabe: a submissão do Estado à força sinistra do crime organizado. Os mesmos defensores da guerra tiveram o poder para cessá-la.

Ao mesmo tempo, os ataques ocorridos na madrugada de ontem ajudaram a selar a força de quem manda, além de mostrarem que os momentos trágicos só acabam quando a banditagem decidir. A nova afronta confirmou ainda o lado obscuro do trato entre autoridades e a ilegalidade. A história do crime organizado do Rio de Janeiro sugere o caminho do perigo. Basta lembrar que, na década de 80, acertos do gênero eram usados em larguíssima medida, sob a chance das populações das favelas protegidas pelos chefes do tráfico. Deu no que deu.

As alianças criminosas ultrapassam as fronteiras dos morros ou das periferias e chegam a Brasília. Nos últimos meses, o Congresso ofereceu incontáveis lições de como promover acordos espírios para livrar bandidos da punição e tirar das instituições o dever de enquadrar os plantões – de gravação ou não. Enlameados pelo mensaleio e pelo culto à impunidade, o Congresso exibiu os novos contornos da desfaçatez: a inclusão do nome de 283 deputados na “lista de relacionamentos” da Planam, a empresa que vendia ambulâncias superfaturadas graças às emendas parlamentares. Em contrapartida, cultivam a vasta horta de mordomias, consumidas nas intermináveis horas de descanso que o poder lhes oferece.

Sobram razões, portanto, para o desalento coletivo com a política. Com um agravante: o

#### **Alianças criminosas ultrapassam as fronteiras dos morros e periferias e chegam a Brasília**

início do processo eleitoral sugere que a campanha descerá à planície dos ataques verbais. O exemplo negativo veio do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que fez política de baixo nível ao acusar o “governo de Geraldo Alckmin” de preferir negociar com os criminosos a aceitar ajuda da força federal para enfrentar o crime organizado. Os erros do governo paulista – comandado hoje, diga-se, por Cláudio Lembo – não garantem liberdade aos pevistas para emitir julgamentos ofensivos contra tucanos ou pefelistas, como fez o próprio ministro ao referir-se aos vestidos da mulher de Alckmin. (Enquanto isso, o presidente Lula garantiu que não haveria “mesquinhe”, capaz de tratar a violência em São Paulo como uma questão eleitoral. O PT tratou. E, mais grave, não mostrou o mesmo rigor com os companheiros flagrados nas propinas do mensaleio).

E assim se decreta a falência moral dos políticos e a desmoralização das instituições.

A17  
JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA  
19 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### CRIME ORGANIZADO A violência é também política

A17  
JORNAL DO BRASIL

SÁBADO  
20 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### SEGURANÇA PÚBLICA As armas de sedução do crime

**SOB AS CHAGAS EXIBIDAS** na ação do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, escondeu-se um problema que explica grande parte do extraordinário poder das facções criminosas do país: a capacidade dos bandidos de seduzir a vasta mão-de-obra disponível para o crime.

Trata-se de um exército de adolescentes e adultos, sem perspectivas de conquistas econômicas no curto prazo, muitos dos quais dispostos a trocar um cotidiano de honestidade (e repleto de carências) pelos benefícios ilusórios prometidos na ilegalidade. Outros, convocados pela força dos chefes das “comunidades”, são conduzidos involuntariamente à rede dos bandidos. Em ambos os casos, esses brasileiros padecem com a quase completa ausência do Estado. Falta-lhes o essencial, que deveria ser garantido pelas instituições governamentais: educação de qualidade e oportunidade de emprego.

Apesar de todos os avanços constatados nos últimos anos, o Brasil tem falhado no cumprimento das metas sociais e econômicas mais importantes. No ano passado, por exemplo, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas atingiu a menor marca da série histórica, registrada pelo IBGE desde 1992 – 9,8%. Mas nossos índices são demasiadamente altos. E se revelam maiores ainda entre jovens e especialmente elevados nas regiões periféricas das grandes cidades.

Estimativas oficiais calculam que cerca de 7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade não estudam ou trabalham. A essa tragédia econômica acrescente-se a pouca estrutura familiar, o pouco acesso ao lazer e a péssima qualidade dos serviços de saúde pública. Esses ingredientes produzem a combustão certa para o crime, agravada pelas carências da repressão e da inteligência da polícia, pela fragilidade do sistema prisional e pela certeza da impunidade garantida por uma legislação antiquada.

O sangue derramado e a exibição grotesca de violência e desordem da última semana devem servir para uma profunda autocrítica da sociedade brasileira e, sobretudo, das autoridades. Ou o Brasil ataca as verdadeiras causas ou facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital serão sempre substituídas por outros grupos, liderados por bandidos tão ou mais ferozes e articulados. Convém, é claro, descortinar a ação de terroristas instalados no PCC, Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA) e em outras facções. Mas isso não basta.

As ações educacionais e os programas de geração de emprego, com efeitos de longo prazo, não eximem o Estado de reforçar seu aparelho coercitivo imediatamente. O

#### **Ou o Brasil ataca as causas ou facções criminosas serão substituídas por outros grupos**

sucesso dos criminosos – e sua impunidade – serve de incentivo para que mais gente opte pelo crime, conforme revelou um estudo recente do Banco Mundial. As redes de cooperação mantidas entre os criminosos precisam ser desmontadas.

A exclusão social, as desigualdades de renda e injustiças diversas não constituem a raiz da proliferação do crime nas contribuições para que a mão-de-obra disponível e economicamente carente seja aliciada por criminosos. É preciso, portanto, combater repressão e policiamento comunitário com ações variadas destinadas à qualificação educacional e profissional dessa multidão de jovens. A tarefa requer foco especial nas áreas conflagradas pela violência – um desafio que exige tempo, esforço e trabalho perene dos governos de todos os níveis, com a contribuição da sociedade. Sem soluções máxicas.

SÃO BEM-VINDAS AS MEDIDAS anunciadas pela Petrobras para aumentar a oferta de gás natural no Brasil e introduzir o óleo vegetal no processo de produção do diesel. O pacote serve de alento para que, nos próximos anos, o país supere os fantasmas deixados pela ação unilateral do presidente da Bolívia, Evo Morales, que nacionalizou as suas reservas de hidrocarbonetos e levou, para a lata do lixo, contratos firmados com a Petrobras até 2019. Depois das ações descoordenadas da diplomacia brasileira, tais medidas ajudam a contornar a crise de abastecimento do gás natural boliviano.

Os planos da estatal brasileira incluem, acertadamente, a meta de garantir a diversificação das fontes de fornecimento do gás no país e reduzir a dependência do gás boliviano. O objetivo é produzir, diariamente, 24 milhões de metros cúbicos de gás natural a mais a partir de 2008. O gás adicional virá de novas descobertas na bacia do Espírito Santo. Também ficou estipulada pelo Conselho Nacional de Política Energética a conversão das usinas termelétricas brasileiras para o uso de três outros combustíveis além do gás natural: álcool, gás natural liquefeito (GNL) e gás liquefeito de petróleo (GLP).

Outra boa notícia para o país é a adoção de um combustível alternativo — o H-Biodiesel — que mistura óleos vegetais na produção do diesel durante o processo produtivo. Trata-se de uma solução moderna, não à toa considerada por especialistas como um "paradigma tecnológico". O Brasil é o primeiro país do mundo a desenvolver uma tecnologia que permitirá produzir óleo diesel com um percentual que poderá chegar a até 10% de óleos vegetais (soja, mamona e dendê, entre outros). Diferentemente do biodiesel que é adicionado ao diesel comum, o H-Biodiesel é feito nas refinarias. Resulta em um óleo com performance semelhante ao diesel puro, mas de melhor qualidade.

Pensar em produção e ofertas alternativas de combustível constitui tarefa inafável para países como o Brasil — excessivamente dependente de um único produtor. O mais grave é que o país deve aumentar o seu consumo em 20% ao ano até 2010. Esse aumento da demanda preocupa especialistas do mundo inteiro, conforme revela um relatório do Fórum Econômico Mundial, que pretende servir como "agenda" para as próximas reuniões do órgão sobre as indústrias energéticas. O documento mostra que nações como Brasil e Índia precisarão de grandes contribuições de energia nos próximos 10 anos. Os economistas do fórum também calculam que o gás natural representará 17% da matriz energética em 2020, contra 7% em 2003.

#### É preciso injetar mais competição no duríssimo jogo internacional

Embora as boas notícias justifiquem a comemoração, a Petrobras e o governo precisam rediscutir o papel da empresa no setor. Este ainda apresenta nível demasiadamente elevado de dependência da Petrobras. Apesar do fantástico processo de renovação empresarial da estatal — companhia de economia mista, sublinhe-se — a União ainda exerce o papel de "dona" da Petrobras. (A orientação dos negócios e suas estratégias, contudo, devem seguir a orientação dos representantes de todos os acionistas). Convém pensar em novos avanços. A privatização é vista com desconfiança, mas o Brasil fará bem se atrair cada vez mais investidores privados. É preciso injetar mais competição no duríssimo jogo internacional — algo que só a garantia de mais espaço para investimentos privados podem proporcionar. Eis a tarefa a completar, de modo que o país possa enfrentar, com altivez, os monumentais desafios energéticos do futuro breve.

A27

JORNAL DO BRASIL

DOMINGO  
21 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### COMBUSTÍVEIS

## Diversificação necessária

NA VÉSPERA da campanha eleitoral, um espectro ronda os principais partidos brasileiros: a fragmentação. Avança, nas legendas mais relevantes, uma perturbadora onda na qual sobram incontáveis discordâncias públicas dos seus líderes, indefinições, falta de credibilidade e incoerência nas idéias e programas que pretendem desenvolver a partir de 2007.

As conseqüências são preocupantes, pois as mazelas (conjunturais e históricas) dos nossos partidos resultam na ampliação das zonas de desconfiância dos milhões de eleitores. E, sobretudo, confirmam a tragédia da perpetuação do erro de sucessivos governos e legislações no Congresso: o adiamento da mãe de todas as reformas institucionais — a política.

No PT, o partido instalado hoje no poder, impera o desmonte da aura ética e moral sedimentada na história da legenda. O mandato do presidente Lula da Silva ajudou a desfazer a tese de que o petista promoveria rupturas irresponsáveis na economia, mas revelou que o partido é capaz de organizar quadrilhas de assaltantes dos cofres públicos com a mesma desenvoltura de adversários que costumavam atacar no passado.

Entre os principais opositores dos petistas, a recente crise em São Paulo evidenciou uma surpreendente divergência. Ouviu-se, durante vários dias, a troca de acusações mútuas sobre o apoio dos líderes do PSDB ao governador do PFL Cláudio Lembo — inmerso em operações críticas diante da audácia das façanhas criminosas. Enquanto os pefelistas indicavam o nome a compor a chapa de Geraldo Alckmin à Presidência, Lembo reclamou da falta de solidariedade dos tucanos.

No fiel da balança, o PMDB, tem prevalecido incontestavelmente reviravoltas de nomes e intenções para a disputa de outubro. Entre ter ou não candidato próprio, entre lançar Anthony Garotinho, Itamar Franco e agora Pedro Simon, entre apoiar tucanos ou petistas, o PMDB segue confirmando o que é: uma mísera federação de interesses paroquiais, sem rumo nacional.

Com tantos problemas a atormentar os nossos principais partidos, o eleitor se depara hoje com inquietantes indefinições para futuras eleições. Superado o pleito de 2006, o Brasil se perguntará sobre as opções de nomes e idéias para o país em 2010, por exemplo. O PT terá dificuldades para encontrar um substituto com a mesma força eleitoral de Lula. O PSDB se digladiará entre José Serra e Aécio Neves. O PFL resignou-se a ser tão-somente um avalista das ações tucanas. O PMDB deverá permanecer engolido por disputas fratricidas que abalam sua credibilidade.

Mais do que isso, os eleitores continuarão sem saber quais idéias e projetos tais partidos representam de fato. As siglas nacionais, vê-se, não aprenderam o valor da coerência. Não é demais insistir que a mãe de todas as reformas não expur-

#### O eleitor se depara hoje com inquietantes indefinições para futuras eleições

gará os vícios incrustados nas raízes da política nacional. Tampouco recomporá de imediato a confiança da população em seus representantes. Constitui, porém, um passo imprescindível para diminuir a barafunda partidária, reduzir os focos de corrupção e de instabilidade entre os poderes Executivo e Legislativo.

A bandeira da reforma política tem sido levantada sempre que uma crise política se instala em Brasília. Mas é sempre esquecida quando passa a turbulência. Aposta-se na eternização dos privilégios e na submissão dos partidos aos interesses dos caciques personalistas. Convém, portanto, uma mobilização nacional para que as eleições se convertam numa grande campanha por reais mudanças dos nossos partidos. O Brasil tem de eliminar uma legislação repleta de brechas ao fisiologismo, de infiltração de criminosos e de relações nada edificantes entre governos e parlamentares. Não é preciso esperar o próximo escândalo.

A14

JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA  
22 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### PARTIDOS

## Escândalo permanente

O NERVOSISMO EXIBIDO ONTEM no mercado financeiro, com queda substancial nas bolsas e acentuada elevação do dólar, foi só o prenúncio do que de mais grave poderá ocorrer com a economia brasileira no futuro breve. A bonança internacional parece ter chegado ao fim, e o país não fez a lição de casa que deveria ter feito para enfrentar períodos de turbulência futura. Em ano eleitoral, corre o risco de pagar um preço alto demais pelo serviço incompleto.

Os temores de ontem seguiram as previsões dos analistas mais sensatos: há sinais de aceleração inflacionária nos Estados Unidos, o que tornou incerto o fim do aperto monetário implementado pelo Federal Reserve, o banco central americano. Com a possibilidade de aumento dos juros na principal economia do planeta, ficam ainda mais evidentes os indícios de desaquecimento mundial. Essa perversa conjugação de fatores ameaça mudar a face de tranquilidade exibida no ambiente internacional nos últimos anos.

As consequências deverão ser especialmente perigosas para países emergentes como o Brasil. Com a perspectiva de turbulência, amplia-se a chamada "aversão ao risco", que leva os investidores internacionais a aplicar dinheiro nas economias mais seguras e evitar sua participação nos mercados mais instáveis – que, com taxas de juros mais altas, remuneram melhor os investimentos. Além disso, tende a cair o preço das *commodities*, cujos níveis elevados têm sustentado as exportações e ajudado o país a obter superávits nas contas correntes. O nervosismo, já pressentido dias atrás, trouxe efeitos especialmente perturbadores: o risco-país disparou.

Convém sublinhar que foram as vigorosas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, estimuladas pelo crescimento americano, que garantiram a atual liquidez internacional. Foram também responsáveis pela elevação dos preços das *commodities* – mais de 40% entre janeiro de 2002 e o início deste ano.

O problema mais grave, insista-se, é que o Brasil não se preparou devidamente para enfrentar cenários intranquilos. A chegada ao poder do PT e de Lula mostrou que um governo de esquerda latino-americano pode conduzir a economia de maneira responsável. Não houve rupturas. Não se quis reinventar a roda. Cumpriram-se as metas de superávits fiscais. A dívida externa atingiu níveis baixos, com melhora de seu perfil. Mais recentemente, cresceram as reservas internacionais do país. Melhorou-se a composição da dívida pública, com eliminação da parcela dolarizada. Somados, tais fatores reduziram o risco-Brasil.

Faltou, porém, fazer um ajuste fiscal mais rigoroso: em vez de aproveitar o venturoso ciclo internacional, o governo decidiu elevar os gastos públicos.

#### Sem completar seu ajuste fiscal, o Brasil continuará subjugado pelos altos juros e impostos elevados

blicos. Enquanto aumentava as despesas com a máquina administrativa e com as benesses de um Estado petrolífero, o país obteve crescimento econômico medíocre, se comparado à taxa média das nações emergentes. (Estas cresceram em média acima de 7% ao ano entre 2004 e 2005; o Brasil manteve-se no patamar de 2,7%). Na raiz do baixo crescimento está a gigantesca dívida pública brasileira. O tamanho da dívida e a composição atrelada a títulos indexados pela taxa Selic explicam as elevadas taxas de juros no país.

Não é demais insistir na tese de que, sem resolver seus problemas fiscais, o Brasil continuará subjugado pelos juros imorais e pela carga tributária asfixiante – três vezes maior do que o México, por exemplo. Adiar a tarefa de realizar um verdadeiro ajuste poderá garantir dividendos eleitorais no curto prazo. Mas a fatura virá – e a cobrança já está em curso.

A17

JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA  
23 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### ECONOMIA

## O preço da lição incompleta

VISTA À DISTÂNCIA, a Lagoa Rodrigo de Freitas integra a galeria dos mais vistosos cartões-postais do Rio de Janeiro. De perto, porém, revela a face perversa do descaso e da incompetência das autoridades. Sobram mazelas ambientais, enquanto recursos destinados à sua conservação são mal aplicados pelo poder público, conforme escreveu reportagem de Aline Duque Erthal, na edição de segunda-feira do *Jornal do Brasil*.

Especialistas denunciam, por exemplo, a escassez da verba liberada pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano. Obras de saneamento estão atrasadas. Limpeza e dragagens, medidas consideradas úteis para a preservação da Lagoa, resultam em meros paliativos.

Tais denúncias servem de advertência para as autoridades estaduais e municipais. As causas da poluição da Lagoa são demasiadamente conhecidas. A ineficiência das ações, também. Apesar dessa constatação – e da insistência com que as denúncias são publicadas na imprensa – os problemas se repetem, graças ainda à disputa entre prefeitura e governo estadual.

Esse embate sem vencedores terá um único perdedor: o Rio. E acarreta consequências trágicas para o saneamento e a conservação da rede carioca de lagoas. No mínimo, as obras seguem velocidade desproporcional à urgência exigida pelas variações climáticas, que aumentam o risco da mortandade de peixes e de outros acidentes ambientais, assim como arrefecem os padrões mais aceitáveis de qualidade de vida no entorno. (Enquanto isso, a Cedae sugere a construção de um aquíário no Jardim de Alá como medida compensatória para o atraso nas obras. Um espanto).

No caso da Lagoa Rodrigo de Freitas, há projetos consistentes que prevêem, entre outras ações, a reposição da areia perdida pelas praias, a reforma do canal do Jardim de Alá e a reformulação da embocadura do canal da Rua Visconde de Albuquerque. Apesar das incontáveis promessas, há anos os cariocas não podem usufruir dos benefícios dessas medidas, convivem com inundações ao redor e enfrentam a degradação ambiental do local. Com o triunfo do descaso, o Rio corre o risco de perder uma jóia natural que lustra sua auto-estima.

A13

JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA  
24 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### MEIO AMBIENTE

## O descaso condena a Lagoa

### GUARDA MUNICIPAL

## Atestado de incompetência

A RECENTE EXIBIÇÃO DAS deficiências da Guarda Municipal do Rio de Janeiro desmonta o discurso da eficiência administrativa preferido com insistência pelo prefeito Cesar Maia. A prefeitura não consegue atender ao requisito de ter uma guarda nos moldes exigidos pelo Ministério da Justiça para assegurar o direito a receber verbas federais na área de segurança pública. As fragilidades resultam especialmente da falta de compromisso da prefeitura.

Nos últimos cinco anos, a prefeitura só aprovou dois projetos para o uso do dinheiro federal. O próprio Cesar Maia admitiu que a Guarda Municipal não tem condições de garantir o controle urbano nem de proteger o patrimônio público da cidade. Chegou a sugerir a cada carioca a contribuição de R\$ 5 para assegurar o cumprimento dos objetivos originais da Guarda. Foi o atestado do quanto o prefeito ignora a própria responsabilidade.

**MERECE ENFÁTICOS APLAUSOS** a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de aplicar novas regras aprovadas no Congresso já para as eleições deste ano. Ao aplicar quase integralmente novas medidas para arrecadação, gastos, prestação de contas e propaganda dos candidatos, o TSE deu uma notável demonstração de como a Justiça pode abandonar tecnicismos jurídicos para atender a um clamor popular: a introdução de regras que ajudem a fechar as torneiras abertas da corrupção eleitoral, reduzam os gastos das campanhas e tornem mais transparente o processo.

Aprovada pelos parlamentares e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio, havia dúvidas se a chamada minirreforma eleitoral poderia prevalecer ainda em 2006 – a Constituição exige que mudanças no processo eleitoral ocorram pelo menos um ano antes da votação. Sob este argumento, o TSE anteriormente vetara, por exemplo, o fim da verticalização para este ano. Não foi o caso. Conduzido pela sensatez, o Tribunal compreendeu que as novas regras não mexiam na espinha dorsal da disputa, como ocorria com a definição da política de alianças partidárias.

Melhor assim. Entre as bem-vindas mudanças, destaca-se a exigência de prestação de contas de arrecadação e de gastos, sem revelar os doadores, em dois momentos da campanha – 6 de agosto e 6 de setembro. Outra novidade é que o candidato passa a ser co-responsável pela veracidade das informações, financeiras e contábeis da campanha e deve assinar a prestação de contas juntamente com a pessoa designada para fazê-la. A nova lei também proíbe o uso de *outdoors* e distribuição de camisetas, bonês, canetas, cestas básicas e qualquer tipo de material durante a campanha. Em contrapartida, alguns itens foram vetados, entre os quais a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições e também no dia da votação.

As novas regras garantem um alento para um Brasil que assistiu, espantado, ao espetáculo da desfaçatez promovido pelo Partido dos Trabalhadores e alguns de seus principais aliados. As restrições aprovadas reduzem as chances de sobrevivência de personagens odiosos que invadiram o noticiário nos últimos dois anos. O uso generalizado do caixa 2 sofrerá um gigantesco abalo. Com a proibição de showmícios e de distribuição de brindes, as campanhas também deverão tornar-se mais baratas, freando o inesgotável estímulo às arrecadações milionárias – o atalho mais eficiente para as relações nada edificantes entre partidos, candidatos e doadores ilegais de campanha.

O TSE também agiu corretamente ao vetar a restrição à divulgação das pes-

**O TSE mostrou como a Justiça pode abandonar tecnicismos em favor do clamor popular**

quisas eleitorais. Tratava-se de um evidente disparate, uma clara violação do princípio da liberdade de informação – tanto para eleitores quanto para a imprensa – previsto no artigo 220 da Constituição Federal.

As medidas em curso, convém ressaltar, não eximem o Congresso de debater – e aprovar – mudanças mais substantivas. O país precisa, por exemplo, de uma faxina nos partidos. Exige também o fim da pouca vergonha das infidelidades nas legendas. Espera um saneamento nas despesas eleitorais e o fim da blindagem que livra da cadeia quadrilhas do "caixa 2". Parlamentares costumam recorrer à mãe de todas as reformas para aplacar a indignação popular em momentos de crise. Mas preferem esquecer-la quando a turbulência perde o vigor. A relevância das mudanças deste ano não garante ao país extirpar seus males eleitorais de uma vez por todas – tarefa que só uma reforma política cumprirá.

A13

JORNAL DO BRASIL

QUINTA-FEIRA  
25 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

ELEIÇÕES

### Novidades bem-vindas

**NO PRIMEIRO TESTE** que lhes foi exigido superar, saíram-se muito bem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, e o restante da equipe econômica do governo Lula. Temerosos quanto ao futuro da economia mundial, abalados pela ameaça inflacionária dos Estados Unidos, por desequilíbrios globais e pelas incertezas internas no Brasil, os mercados exibiram, nas últimas semanas, uma amostra da turbulência capaz de afetar o país este ano. As consequências são bem conhecidas por um país que enfrentou processo semelhante quatro anos atrás: volatilidade do dólar, instabilidade nas bolsas de valores e ampliação da chamada "aversão ao risco", que afasta investidores das economias emergentes.

A desconfiança generalizada exigiu ação e preparo por parte da equipe econômica. Foi o que se viu. Para acalmar parcela do mercado – que no dia anterior deparara com uma forte alta do dólar e dos juros futuros – o Tesouro fez um leilão para recomprar dívida mais longa e disse que voltará a vender LFT, papéis da dívida pública atrelados à taxa básica de juros Selic. Se não era a solução ideal para a economia brasileira, foi a atitude necessária para aplacar a instabilidade do mercado financeiro internacional. (Os investidores estão rejeitando títulos brasileiros de mais longo prazo e de juros menores. Não é o caso das LFTs. Tratou-se de um recuo estratégico bem-sucedido).

A ação do Tesouro somou-se a uma excelente notícia – o anúncio do superávit primário recorde em abril. O governo central, informou-se, economizou pagamento de juros da dívida pública, o maior valor nominal da história para um único mês: R\$ 14,8 bilhões. Em termos percentuais, esse número superou a marca dos 6% do PIB.

O esforço fiscal exibiu a consistência de um indicador-chave para os investidores. Resultado: ontem o dólar ajustou-se um pouco, sem traumas, e os abalos foram

provisoriamente contidos. Bons presságios para o país e, especialmente, para o ministro Guido Mantega e o secretário do Tesouro, Carlos Kawall. Mantega chegou à Fazenda sob os olhares desconfiados de musculosa parcela dos analistas econômicos. Teve-se que ele não fosse capaz de repetir as mesmas façanhas do antecessor, Antonio Palocci, à frente da economia brasileira. Kawall substituiu um brilhante nome – Joaquim Levy. A instabilidade dos últimos dias foi uma dura prova de fogo para ambos. Batalha vencida, por ora.

Sublinhados os pontos conquistados pela equipe econômica, convém ressaltar o alerta emitido pelos mercados. Insista-se: há razões internas e externas a observar. Apesar das boas notícias de ontem nas economias européia e japonesa, ainda existem grandes

**O Brasil precisa blindar-se para os cenários de intranquilidade que poderão vir em breve**

incertezas sobre as perspectivas de crescimento dos Estados Unidos, que tem garantido a liquidez internacional dos últimos anos e elevado o preço das *commodities* – de que o Brasil é um dos grandes beneficiários. Sobram evidências de um desaquecimento internacional no futuro breve.

Enquanto parte do nervosismo é explicado por fatores externos, há fatores preocupantes também no plano doméstico. A disputa eleitoral e os riscos de afrouxamento nos gastos públicos são os principais. É hora não só de cautela mas de complementação do ajuste fiscal iniciado pelo ministro Palocci. O Brasil precisa blindar-se para os cenários de intranquilidade que poderão vir em breve. A prudência será o melhor lenitivo contra as intempéries dos mercados financeiros. Contra tais turbulências não adiantam bravatas, populismos ou atos heróicos.

A10

JORNAL DO BRASIL

SEXTA-FEIRA  
26 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

MERCADO FINANCEIRO

### Ponto para a equipe econômica

É INACETÁVEL que advogados se envolvam criminosamente com integrantes ativos de quadrilhas. O Brasil assistiu à consumação da recente participação de dois desses profissionais no vazamento, para chefes do Primeiro Comando da Capital (PCC), de um depoimento sigiloso prestado por policiais no CPI do Tráfico de Armas. O episódio escancarou ao país o atual estágio da infiltração de organizações criminosas na profissão. Não há razões para acreditar que o conflito se resume à facção que, nas últimas semanas, ampliou o medo e o pavor em São Paulo.

Apresentados ao país pelos próprios integrantes da CPI, os advogados Maria Cristina de Souza Machado, advogada do líder do PCC, Marcos Williams Herbas Carracho, o *Marcos*, e Sérgio Wesley Cunha foram exemplarmente desmascarados: subornaram o extintivo de sem de Câmara Arthur Vinícius Pilastre Silva para obter uma cópia do que fora dito numa sessão fechada da comissão. Na sessão, informou-se que a polícia de São Paulo iria transferir chefes do PCC para o presídio de Presidente Bernardes e os portar em regime disciplinar especial. Os advogados levaram a informação aos bandidos e deu no que deu.

Embora as acusações de quinta-feira pouco tenham acrescentado às investigações, os indícios exibidos até aqui e a confissão do próprio Arthur Vinícius já garantem a conclusão de que há uma tortuosa combinação entre crime e advocacia. Graças às prerrogativas destinadas a garantir o direito constitucional de defesa, advogados têm acesso facilitado aos presídios. A constatação leva muitos deles a serem cooptados pelos bandidos. Muitos agem como canal de comunicação entre os chefes de gangues presos e seus comandados nas ruas. Também conduzem todos os tipos de contrabando dentro e fora das cadeias.

As relações nada edificantes entre esses advogados e seus clientes são tão odiosas quanto a leniência e o cor-

porativismo que têm movido, neste caso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A infiltração dos bandidos no Direito é problema antigo a resolver. Mas pouco se ouve falar em punição dos afiliados à Ordem. Em geral, a bravata retórica dos porta-vozes da entidade conjuga-se com a ausência de medidas concretas para atenuar o problema. Embora digam o contrário, a OAB tem falhado na tarefa de reprimir os desvios de conduta de alguns de seus filiados — minúscula parcela cujos malfeitos terminam por macular toda a categoria.

Punir os advogados a serviço do crime, que agem muito além da garantia constitucional do direito à defesa (assegurado mesmo aos bandidos mais odiosos), é tarefa a ser exercida também pelo poder público. É incontestável, por

**Punir os advogados a serviço do crime é tarefa a ser exercida também pelo poder público**

exemplo, que os defensores de criminosos tenham trânsito livre nos presídios brasileiros. A entrada facilitada de celulares, que assegura a comunicação dos chefes de quadrilha com seus subordinados, exige critérios rígidos à porta dos presídios. Assim funciona em todos os países civilizados, onde o acesso direto do advogado ao cliente é cercado de cuidados. (Em certas circunstâncias, isto é, trata-se de proibição do contato físico).

Se todos os visitantes passam pela revista nos presídios, por que o mesmo não ocorre com os advogados? Critérios mais rigorosos ajudariam os próprios advogados, que se livrariam da suspeita generalizada de que agem a serviço da ilegalidade. Assim como a atitude dos poucos criminosos travestidos de advogados, tal suspeita desonra o Direito. Inocência o país. Torna ainda mais intranquilos os milhões de brasileiros atormentados pela ação do crime.

A.1.2  
JORNAL DO BRASIL

SÁBADO  
27 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### Opinião e Análise

# O Direito na ilegalidade

TAXIANDO NAS PISTAS do perigo, os presidentes Hugo Chávez e Mahmoud Ahmadinejad têm trafegado à beira da irresponsabilidade ao arquetetarem um verdadeiro eixo do mal unindo os dois países. A aproximação dos dois traz consequências tão perturbadoras para a Venezuela e o Irã quanto para as regiões das quais fazem parte. A recente defesa do coronel venezuelano ao programa nuclear do colega iraniano e o prenúncio de que as Forças Armadas da Venezuela venderão caças americanos F-16 ao Irã constituem os dois últimos exemplos da afronta da dupla.

Péssima notícia para a América Latina e para o Oriente Médio: Chávez e Ahmadinejad têm muito em comum. Ambos recorrem ao delírio para governar. São conduzidos pelo ódio dedicado aos Estados Unidos e costumam fazer duras críticas ao presidente George Bush e aos valores americanos. Insensatos, namoram o perigo como poças.

O fiel discípulo do ditador Fidel Castro não pareceu satisfeito em tão-somente interferir na política doméstica de vizinhos como o Peru. Tampouco se conteve ao deixar as digitais na decisão unilateral do colega boliviano Evo Morales, que nacionalizou o setor de hidrocarbonetos e jogou na lata do lixo contratos firmados até 2015 com empresas como a Petrobras. Estimulado pelo sonho delirante de comandar um eixo "antimperialista" no mundo (leia-se: antiamericano), dedica-se agora, com especial desenvoltura, a massagear a musculatura já demasiadamente desenvolvida do presidente-bomba iraniano.

Juntos, vêm radicalizando a retórica e transformando seus governos em persona non grata no jogo político internacional. Mais do que isso, apresentam claras intenções bélicas, cujas consequências, sabe-se, são ameaçadoras. São mais presságios para um mundo instável.

O coronel Chávez tem evidente desejo de equipar-se militarmente — uma estratégia

que, conjugada com seu passado golpista e sua retórica bélica habitual, revela-se de fácil combustão. Signatário de tratados que garantem prudência no desenvolvimento de tecnologia nuclear, Ahmadinejad mentiu para a comunidade internacional. O presidente iraniano também tem exibido uma vasta galeria de afrontas: da informação de que conduzia um programa nuclear às sucessivas ameaças contra Israel. São exemplos da insensatez de quem acredita ser o encarregado de preparar a volta do imã oculto, que retornará no fim dos tempos para trazer paz e justiça aos islâmicos.

Ahmadinejad tem o direito de trabalhar para que o Irã produza armas nucleares. Mas não pode usar tais recursos para fazer ameaças aos israelenses, tampouco desconhecer o direito inalienável do Estado de Israel existir (o presidente-bomba já disse mais

**A diplomacia e a prudência ainda são as armas para conquistas externas**

de uma vez que deseja varrer Israel do mapa. Também sustentou que o Holocausto não ocorreu. São demências que desprezam o bom senso, a história e a verdade).

Chávez também tem o direito de aderir à lira do delírio, sobretudo para exibir-se diante de sua platéia doméstica. Mas peca ao acreditar que o Brasil apoiará tais devaneios. Embora sejam vizinhos amistosos, as autoridades brasileiras vão-se convencendo cada vez mais de que é um erro passar a mão na cabeça do discípulo de Fidel. Sabem que afrontas bélicas ou retóricas não conduzirão à necessária estabilidade política no Oriente Médio, tampouco resolverão os numerosos dilemas econômicos que afligem a América Latina. A diplomacia, a prudência e o vigor doméstico ainda são as melhores armas para conquistas externas. Reconhecer essa premissa é tarefa para estadistas, não para senhores da guerra.

A27  
JORNAL DO BRASIL

DOMINGO  
28 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

POLÍTICA EXTERNA

# Irã e Venezuela: um eixo do mal

O TRISTE ESPETÁCULO protagonizado por Delúbio Soares na semana passada ofereceu novos argumentos a um debate inadiável: a rodisscussão sobre o papel e a eficiência das comissões parlamentares de inquérito instaladas no Congresso. O ex-tesoureiro do PT prestou depoimento à CPI dos Bingos pela quarta vez. Entre raríssimas informações inéditas, repetiu a estratégia de absurdas negações – declarou, por exemplo, desconhecer como funcionava o caixa 2 dos partidos. Recusou-se ainda a assinar o termo em que se comprometia a só dizer a verdade.

Depois de Delúbio, convém lembrar a acareação dos advogados Maria Cristina de Souza Rachado e Sérgio Wesley da Cunha sobre a compra do áudio de uma sessão secreta da CPI do Tráfico de Armas. (Maria Cristina é advogada do líder do PCC). Viu-se ali uma constrangedora exibição de inutilidades para as intenções da CPI.

Desde que o Brasil começou a localizar as cabeceiras ocultas do valerioduto, assistiu-se a um enredo tenebroso. De um lado, parlamentares sérios e dispostos a lancetar os tumores da corrupção tiveram de trabalhar em conjunto com colegas adeptos tão-somente do exibicionismo e da conduta irresponsável. Do outro lado, o Palácio do Planalto, o PT e seus aliados utilizaram espantosos artifícios para, no mínimo, atrasar as investigações em curso.

No meio do tiroteio, o Supremo Tribunal Federal foi muitas vezes chamado a arbitrar. Tomou decisões polêmicas, como a interrupção de depoimentos, a concessão de habeas corpus, a proteção a depoentes – para alguns, um ato de proteção ao governo, para outros, o reconhecimento de que havia limites a impor. Com critérios turvos de ação, as CPs perderam. O Brasil, também.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, sublinhe-se, são instrumentos essenciais ao bom funcionamento da democracia. Con-

figuram um mecanismo legítimo do Parlamento para realizar investigações sérias, desvendam mistérios que prejudicam a imagem das instituições, ajudam a punir desmandos políticos e administrativos e servem de apoio para o Ministério Público e a Polícia Federal.

Reconhecida sua importância, é preciso insistir: nos moldes atuais, as comissões perderam – e continuarão a perder – credibilidade. A CPI dos Bingos, por exemplo, acabou rebatizada com um nome mais apropriado às pitecências exibidas: CPI do Fim do Mundo. Não são raros os exemplos de que inquisidores deixam de lado patifarias específicas para percorrer caminhos que levam a todas as direções.

Desde o ano passado, o Jornal do Brasil vinha alertando em editoriais que, se

**Desde que o Brasil começou a localizar o valerioduto, assistiu-se a um enredo tenebroso**

tais desvios não fossem corrigidos, dificilmente se alcançaria a meta essencial – aproximar da cadeia quem surrupia o dinheiro público e cassar os mandatos dos que feriram o decoro parlamentar e sangraram a nação. Não será possível seguir no leme da nau capitânea sem a revisão da rota seguida pela CPIs.

Qual o real objetivo das comissões? Como podem ser mais bem aparelhadas? Têm orçamentos compatíveis com as demandas que lhes são exigidas? Os critérios de escolha e prioridade de instalação estão sendo respeitados? Tais perguntas precisam ser respondidas com urgência. O balanço de absolvições, exibicionismos e contratempos das últimas CPIs sugere que o Brasil não se livrou das almas impuras. Não pode prescindir das investigações parlamentares. Tampouco de sua correção de rumos.

A10  
JORNAL DO BRASIL

SEGUNDA-FEIRA  
29 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### CONGRESSO

## A correção de rumos das CPIs

ALÉM DOS POLICIAIS ASSASSINADOS pela selvageria terrorista, e dos civis sem culpa massacrados por vingadores, enturam na alça-de-mira das autoridades paulistas, incapazes de controlar presídios por meios legais, também os telefones celulares e seus proprietários que moram nas cercanias das cadeias. Até a onda de atentados desencadeada pelo PCC, quadrilha criminosa que gerencia dezenas de penitenciárias, esses aparelhos só apareciam nas páginas de jornais a bordo de peças publicitárias ou reportagens sobre os avanços no setor. Acabam de alçar-se no noticiário policial.

O delegado Godofredo Bitencourt, chefe do Departamento de Investigação sobre Crime Organizado, vislumbrou no telefone celular "o inimigo público número 1". Para neutralizá-lo, empresas de telefonia foram coagidas a desativar numerosas antenas. A truculência resultou no silêncio de milhares de aparelhos utilizados por bandidos transformados pelas circunstâncias em vizinhos dos presídios.

Para o país da ideia, é a única forma de impedir que os chefes das quadrilhas, das celas onde planejam atropelamentos dos códigos legais, mantivessem contato permanente com seus compassos localizados do outro lado das grades. Foi o celular, argumentam os estrategistas sem morte, que garantiu ao presidiário Marcos Willians Camacho, o *Marcosão*, comandar sem intermediários os ataques brutais.

Em países civilizados, tal constatação levaria de imediato à intensificação do aparato fiscalizador dos presídios. Só isso. E isso é tudo. Nos Estados Unidos, por exemplo, prisioneiros pilhados com celulares em punho são punidos com severas sanções, a começar da adição de alguns anos ao tempo de cadeia determinado pela sentença judicial. Diariamente, celas e visitantes são submetidos a revistas, minuciosas e indiscriminadas.

Diferentemente do que ocorre no Brasil, em outras paragens advogados não escapam das medidas preventivas. Agentes penitenciários que tentam entregar celulares aos detentos são invariavelmente castigados. Lá, presídios de segurança máxima são absolutamente seguros. Aqui, essas prisões não merecem tal nome.

Em nações que prezam os direitos individuais, a tentativa de silenciar milhares de cidadãos – punidos pelo delito de morar na casa errada – terminaria no enquadramento das autoridades que se atreveram a tanto. E originaria o pagamento de pesadas indenizações aos prejudicados, sejam moradores, sejam empresas. No Brasil, a violência imposta a milhares de inocentes de certo ficará impune.

E até possível que os che-

**Empresas de telefonia e vizinhos de presídios pagam o preço da inépcia dos governantes**

fes criminosos estejam, no momento, incommunicáveis. Mas é certo que o silêncio dos celulares, decorrência do amordaçamento das antenas, não será eterno. A Justiça acabará reconhecendo a inconstitucionalidade das precipitadas providências cautelares. E tudo voltará a ser como era antes do 11 de maio paulista.

Então, as autoridades penitenciárias estarão confrontadas com a pergunta de sempre: como recuperar o controle dos presídios? Outros países revogaram há tempos a interrogação. Para tanto, criaram instrumentos de inibição eficazes e promoveram mudanças no arcabouço jurídico.

Leis severas e vigilância real – eis aí a fórmula para evitar a entrada nas cadeias de celulares, e também de armas ou drogas. Nada tem de mágica. Só exige a seriedade que tem faltado aos governantes brasileiros.

A10  
JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA  
30 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

### SEGURANÇA

## O silêncio dos inocentes

**AREELEIÇÃO DO PRESIDENTE** Alvaro Uribe é uma animadora mensagem da Colômbia ao restante do mundo – em especial, à América do Sul. A mensagem pode ser desdobrada em três recados, todos de extrema relevância.

O primeiro avisa que a democracia colombiana – embora fustigada, nas últimas décadas, por severas tormentas políticas, econômicas e sociais – vai bem das pernas. Os eleitores votaram maciçamente e sem sobressaltos. Não se registraram ataques guerrilheiros nem explosões terroristas. O som dos tiros, rotineiro em temporadas eleitorais, foram substituídos por aplausos e palavrões-de-ordem. Nenhum outro pleito afigurou-se tão tranqüilo na história recente do país vizinho.

O segundo recado informa que, ao contrário do que apregoam credências eleitorais repetidas desde a chegada de Cristóvão Colombo, cumprir promessas favorece a imagem de um político profissional. Alvaro Uribe elegeu-se em 2002 com 53% dos votos. Nestes quatro anos, fez (ou tentou sinceramente fazer) o que prometera durante a campanha. Renovou agora o mandato com o apoio de 62% do eleitorado. Trata-se de um recorde, materializado sem a utilização de alquimias.

Para desenhar essa curva ascendente, que de resto desmonta a tese segundo a qual o exercício do poder é inevitavelmente desgastante, Uribe percorreu a contramão dos caminhos palmilhados por quase todos os governantes do subcontinente. Permaneceu fiel ao discurso eleitoral, que incluída entre os itens estratégicos uma sólida aliança com os Estados Unidos, o combate a todas as ramificações da guerrilha, a recuperação dos territórios confiscados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e a completa desarticulação dos cartéis do narcotráfico.

Se não cumpriu por in-

teiro o conjunto de promessas, Uribe perseguiu-as com tenacidade. Os notáveis avanços obtidos em todos os campos conferiram ao presidente a credibilidade indispensável para prometer que, em mais quatro anos, serão promovidas reformas necessariamente profundas.

O terceiro recado, sobretudo estimulante para os democratas brasileiros, dá conta de que a praga do populismo pode ser neutralizada mesmo em solos acolhedores. Com a reeleição de Uribe, a Colômbia se mantém no bloco alicerçado em quatro países: o Brasil de Lula, a Argentina de Nestor Kirchner, o México de Vicente Fox, o Chile de Michelle Bachelet e, num plano ligeiramente inferior, o Uruguai de Tabaré Vazquez.

Os integrantes do bloco

**O populismo pode ser neutralizado mesmo em solos que favorecem pragas políticas**

se identificam pelo crescente respeito às liberdades individuais, às regras democráticas e, sobretudo, à prevalência das instituições sobre os indivíduos. A taxa de civilidade oscila de uma para outra nação, mas a saúde do conjunto é suficientemente satisfatória para estabelecer um vistoso contraste com o clube dos populistas. Presidido pelo venezuelano Hugo Chávez, a associação é frequentada no momento pela Bolívia e pelo Equador.

A história do subcontinente é feita de movimentos pendulares. A sensação de que o pêndulo aponta para o passado colidiu com a vitória de Uribe. E cedo para que a região festeje a iminente liquidação do populismo pela vontade popular e o definitivo triunfo da democracia representativa. De todo modo, os sul-americanos conscientes podem sentir-se aliviados. Nestes trópegos trópicos, já não é pouca coisa.

A10

JORNAL DO BRASIL

QUARTA-FEIRA  
31 DE MAIO DE 2006  
opiniao@jb.com.br

## Editorial

COLÔMBIA

### A mensagem que vem das urnas